

CÓRREGOS EM SÃO PAULO: A OCULTAÇÃO DO AVESSO

Streams in São Paulo: The Concealed Reverse

Vladimir Bartalini¹

RESUMO

Pelo paradigma urbanístico adotado na cidade de São Paulo, a partir dos anos 1930, os cursos d'água que caracterizavam o seu sítio foram reduzidos a meros elementos infraestruturais com vistas à resolução de problemas de drenagem de águas pluviais e disposição de esgotos, sendo seus vales destinados ao sistema viário. Atualmente, na tentativa de mitigar os prejuízos causados por tal modelo, preconiza-se a implantação de parques lineares ao longo dos rios ainda não tamponados. No entanto, ficam de fora inúmeros capilares da rede hídrica natural que, de tão alterados e afastados da cena pública, não são mais reconhecidos como córregos. Apenas alguns vestígios indiretos na superfície denotam a sua presença subterrânea. Presume-se que, uma vez identificados e adequadamente tratados, esses vestígios possam ser alinhavados de modo a reconstituir a trajetória dos córregos ocultados e, assim, contribuir, ainda que em um nível simbólico ou sugestivo, para que se dê a experiência da paisagem na cidade.

Palavras-chave: São Paulo; córregos ocultos; parques lineares; infraestrutura urbana; paisagem na cidade.

ABSTRACT

Aiming to solve the problems of sanitation and flow of automobile traffic, the urban paradigm adopted by the city of São Paulo, since 1930, transformed its watercourses in mere infrastructural elements. Nowadays, in an attempt to mitigate the damage caused by such a model, urban master plans have recommended the implementation of linear parks along rivers not yet buffered. However, many streams do not come to be encompassed by this approach, because they are so hidden that are not recognized as watercourses anymore. Only some indirect traces on the surface denote the underground existence of such rivers. It is assumed here that, once identified and properly treated, these traces can be articulated in order to reconstruct the trajectory of the hidden streams and contribute, albeit in a symbolic or suggestive level, to provide a certain kind of landscape experience in the city.

Keywords: São Paulo; Hidden Streams; Linear Parks; Urban Infrastructure; Landscape in the City.

¹ Professor da graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. bartalini@usp.br.

✉ Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Projetos. Rua do Lago, Cidade Universitária, São Paulo, SP. 05508-900.



OS RIOS, A CIDADE E A PAISAGEM

O avesso, em relação à paisagem, pode remeter ao invisível implícito em todo visível, mas também àquilo que se lhe opõe, ou seja, à negação da paisagem. É neste sentido, o de negação, que a referência aos córregos ocultos, na cidade de São Paulo, deve ser lida aqui.

A paisagem pode ser negada de diferentes modos: pela supressão da vida animal e vegetal, pelo apagamento das formas naturais da superfície do sítio, pelo impedimento do horizonte. Mas a paisagem envolve também uma “escrita” impressa pelo homem sobre a Terra na sua relação, por vezes tensa, com a natureza no decorrer do tempo histórico, e as “tonalidades afetivas”, no dizer de Eric Dardel (1990), decorrentes dessa relação. Violentar essa “escrita” e essas afetividades é também negar a paisagem. Ao interferir nos cursos d’água, do modo como o fez, a investida contra a paisagem levada a efeito pela urbanização de São Paulo foi de uma eficácia notável, pois mobilizou todos os modos de negação supracitados.

Os rios protagonizaram a história de São Paulo desde seu nascimento, em meados do século 16. Tanto assim que uma das justificativas mais relevantes para a transferência do único núcleo urbano existente até então fora do litoral – Santo André da Borda do Campo, implantado nos contrafortes da Serra do Mar, que separa a planície costeira do planalto – para um local situado a algumas dezenas de quilômetros, planalto adentro, foi a presença de um rio caudaloso, o Tietê, o “rio grande”, na língua tupi, dos indígenas. A vila de São Paulo foi então instalada nas proximidades do grande rio, mais exatamente, em uma colina às margens do rio Tamanduateí, afluente direto do Tietê.

O rio Tietê faz um percurso curioso: nasce no alto da Serra do Mar, não muito distante do litoral, mas corre para o interior, e só depois de cruzar todo o Estado de São Paulo e atingir a foz, no rio Paraná, um

dos formadores do rio da Prata, suas águas chegam ao oceano. Este traçado peculiar ensejou e facilitou o acesso ao interior do território brasileiro, e fez associar, por conseguinte, o rio Tietê à história de São Paulo, local de onde partiam as **entradas** e as **bandeiras**, expedições de conquista de terras e de índios.

Do mesmo modo, o rio Tamanduateí, no sopé da colina, teve papel relevante no espaço urbano de São Paulo: serviu, em um primeiro momento, não só ao abastecimento de água, mas também como via de transporte das cargas que chegavam e partiam da ladeira Porto Geral, nome revelador da função ali exercida, não obstante a evolução urbana ter afastado esta correlação da consciência da grande maioria dos paulistanos. No rio Tamanduateí também se nadava, por pura recreação, ainda que suas águas, já no século 19, estivessem bastante poluídas pelas descargas do esgoto e do lixo produzidos pela então pequena cidade. Às suas margens situavam-se recantos aprazíveis, citados e descritos por viajantes, fotografados e pintados por artistas. Prestava todo tipo de serviço, inclusive o de lavagem de carros puxados a tração animal, como o documentado por uma fotografia do final dos oitocentos (Figura 1).

O rio Tietê era igualmente multifuncional: nele se dava a pesca recreativa, comercial ou de subsistência; a canoagem esportiva, organizada pelos clubes de regatas; a exploração de areia e cascalho; o tráfego de embarcações. Do mesmo modo que o Tamanduateí, atraía para as suas proximidades chácaras de recreio muito frequentadas pelos paulistanos. Até meados do século 20, era ainda muito comum encontrar-se campos de “futebol de várzea”, ao longo do Tietê, antes que o avanço acelerado da urbanização os fizesse desaparecer por completo.

Ao mesmo tempo em que atendiam a múltiplas funções, estes rios e suas várzeas eram tidos, desde o século 19, como grandes incômodos,



Figura 1 – Rio Tamanduateí, aos fundos do Palácio do Governo e do Mercado, ca. 1898.
Foto de Guilherme Gaensly.

pois, na visão do urbanismo higienista, então predominante, significavam focos de doenças, devido à sujeira neles depositada. Se a aversão aos rios e às suas planícies inundáveis assim se justificava no concernente à saúde pública, pela ótica do desenvolvimento urbano eles eram condenados por representarem obstáculos à circulação e à expansão da cidade. As intervenções drásticas sobre estes elementos caracterizadores da paisagem paulistana buscaram legitimar-se, portanto, pelo uso de argumentos que se reforçavam mutuamente: era necessário acabar com as planícies de inundação, retificar e canalizar os rios, liberar as terras “ociosas” para o mercado imobiliário e melhorar a circulação implantando vias marginais rentes aos cursos d’água canalizados. Como serviço suplementar, os mesmos cursos d’água, já com a denominação genérica de “infraestruturas” (operação de linguagem que, ao despersonalizá-los, permite a reificação completa

dos rios e, assim, sua total sujeição), resolveriam os problemas de drenagem urbana, o que veio a significar, por uma série de razões, dentre as quais a complacência do poder público não é a menor, uma oportunidade para o lançamento dos dejetos da cidade, in natura, sem qualquer tratamento prévio.

Tal modelo não atingiu apenas os cursos d’água mais expressivos. Disseminou-se pela vasta rede hídrica capilar responsável pelas feições que distinguem o sítio onde se assenta a cidade de São Paulo.

Os rios, verdadeiros escultores do relevo em climas tropicais e em terrenos sedimentares como os da bacia de São Paulo, foram os grandes responsáveis pela fisionomia geral do sítio urbano paulistano: as planícies de inundação do rio Tietê e de seu principal afluente, o Pinheiros, e o divisor das águas que os demandam, o chamado Espigão Central. A eles estão associados os terraços fluviais onde se localizam os bairros originalmente operários do Brás, Pari, Canindé, na margem esquerda do Tietê, ou os primeiros bairros-jardim destinados a moradores de alta renda, como o Jardim América, junto do rio Pinheiros. As “baixas colinas terraceadas”, as “colinas tabulares intermediárias”, os “patamares escalonados” e as “altas colinas” nas bordas do Espigão Central, descritos por Ab’Saber (1958) são todas formas resultantes ou da ação direta destes rios ou dos seus inúmeros afluentes.

Os rios, suas fontes, as bicace e tanques de onde a população paulistana obtinha a água para o uso cotidiano, estão gravados na história de São Paulo, mas não mais na sua paisagem. As crenças, as superstições, todo o imaginário que permite ao historiador falar em “águas cristãs e pagãs”, as dádivas e mazelas de que eram portadoras, enfim, toda a riqueza de significados desapareceu diante da exclusividade exigida por uma concepção estritamente infraestrutural no concernente aos rios e às águas, em geral.

Ocultadas, já não podem atender às “condições objetivas do narcisismo”, como ressalta Bachelard: o “mundo quer se ver”, mas a água, que é “o olhar da terra, seu aparelho de olhar o **tempo**”, está ausente. No entanto, embora alijadas da paisagem e rebaixadas aos subterrâneos da cidade, essas águas continuam a fluir. São águas correntes, cujo rumor, audível muitas vezes nas bocas de bueiros ou de caixas de inspeção das galerias onde os córregos estão encerrados, poderia assumir “as metáforas do frescor e da claridade”, e deixar falar a “Natureza criança”, não fossem o mau cheiro exalado e os ruídos do exterior que o encobrem. A negação da paisagem se dá, assim, tanto pela subtração do espelho que permitiria ao mundo se ver, quanto pelo abafamento do “canto de mocidade” que acompanharia o “despertar **natural**, o despertar na **natureza**”.

CÓRREGOS OCULTOS E SEUS VESTÍGIOS

Se o paradigma urbanístico que, por décadas, acompanhou o crescimento urbano de São Paulo é atualmente questionado, motivando propostas de “parques lineares” ao longo dos rios ainda não tamponados, a atenção da crítica tem se limitado aos cursos d’água de maior visibilidade. É desconsiderada toda uma rede capilar, muito mais entranhada no tecido urbano e, por isso, mais difícil de ser enquadrada em soluções genéricas. Entretanto, é justamente este seu entranhar-se no espaço prosaico do cotidiano que, supõe-se, potencializaria as ações que nela viessem a incidir.

Justifica-se assim o foco sobre os cursos d’água de pequeno calibre, muitos deles anônimos, situados em áreas de urbanização de tal modo consolidada que pouca ou nenhuma chance oferecem para a aplicação das soluções baseadas no destamponamento ou na “renaturalização” dos córregos. Coloca-se então o desafio de encontrar alternativas para

integrá-los condignamente à vida e ao cenário urbano, mas integrá-los enquanto rios, que ainda são, apesar de continuarem ocultos. Estariam descartadas as hipóteses de recuperação ecológica, uma vez que, na maioria dos casos, esses córregos não poderiam vir à tona de maneira literal e terem suas margens restauradas, pois atravessam quadras densamente construídas e em zonas de urbanização há muito tempo estabelecida. As soluções “estetizantes”, sejam as edulcoradoras ou paliativas, sejam as que apelam para uma “estética *trash*”, própria dos becos e vielas que acompanham os córregos ocultos, seriam igualmente afastadas.

Tal desafio demandaria buscar a “coisa” córrego, ainda que se saiba de antemão ser ela inatingível, e expressá-la. A complexidade da tarefa é enorme, pois à dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de expressar o “em si” de qualquer coisa soma-se o fato da “coisa”, no caso os córregos, sequer manifestar-se. Assim, mais cautelosamente, o que se pretende, num primeiro momento, é fazer aparecer os indícios da existência dos córregos.

Tampouco esta é uma tarefa fácil, uma vez que a sua conversão a infraestruturas não só os ocultou, como tentou apagar as pegadas da operação de ocultação. No entanto, como nem todo crime é perfeito, restaram vestígios. Uns são diretos, como vielas estreitas e tortuosas, em flagrante contraste com o traçado hipodâmico dos bairros em que se inserem; dispositivos insólitos, como bueiros associados a degraus (Figura 2); elementos estruturais de construções privadas que avançam sobre o espaço público, driblando algo que o olhar perscrutador perceberá, mais tarde, tratar-se do caminho de um rio (Figura 3); comportas ou outros subterfúgios inventados pelos moradores para protegerem-se contra as enchentes (Figura 4). Outros são indiretos, como terrenos ou faixas de lotes vagos, usados para o estacionamento de veículos, ou, ainda, para os “lava-rápidos”, serviço de lavagem de



Figura 2 – Degraus associados a um bueiro denunciam o córrego Água Preta.
Fonte: Foto do autor.

automóveis, usos provisórios do solo urbano que podem ser eliminados a baixo custo, caso seja necessário intervir nas galerias subterrâneas onde os córregos foram enclausurados. Mas há também ocasiões, quando das chuvas fortes de verão, em que as ruas, sob as quais jazem os córregos, os redimem momentaneamente, convertendo-se elas mesmas em verdadeiros cursos d'água (Figura 5).

Estes, e muitos outros, são indícios de uma existência camuflada, mas só poderão, de fato, remeter a ela se decodificados. Eles se apresentam de modo tão variável e aleatório que não chegam a constituir uma "fala" ou uma "escrita" inteligível. São balbucios, sílabas soltas que requerem, primeiro, um esforço analítico de reconhecimento, antes de qualquer pretensão com vistas à reconstituição de uma unidade



Figura 3 – Laje de construção particular projeta-se sobre o caminho do córrego Água Preta.
Fonte: Foto do autor.

perdida. Ocorre, com os córregos ocultos, justamente o inverso da experiência da paisagem da qual eles foram os principais modeladores. A paisagem, representante do todo, vê-se então fragmentada, em outras palavras, negada.

À ocultação da materialidade do córrego corresponde o seu gradual apagamento na memória das pessoas, mesmo daquelas que conviveram com ele quando ainda a céu aberto. Muitas vezes foram elas próprias que o afastaram, embora possam ter esquecido que o fizeram. É o caso, bastante comum nos bairros de origem pobre, em que a primeira reação dos moradores justificadamente, foi a de dar as costas ao curso d'água, uma vez que, por falta de redes próprias de coleta, os esgotos eram nele lançados diretamente, no mais das vezes

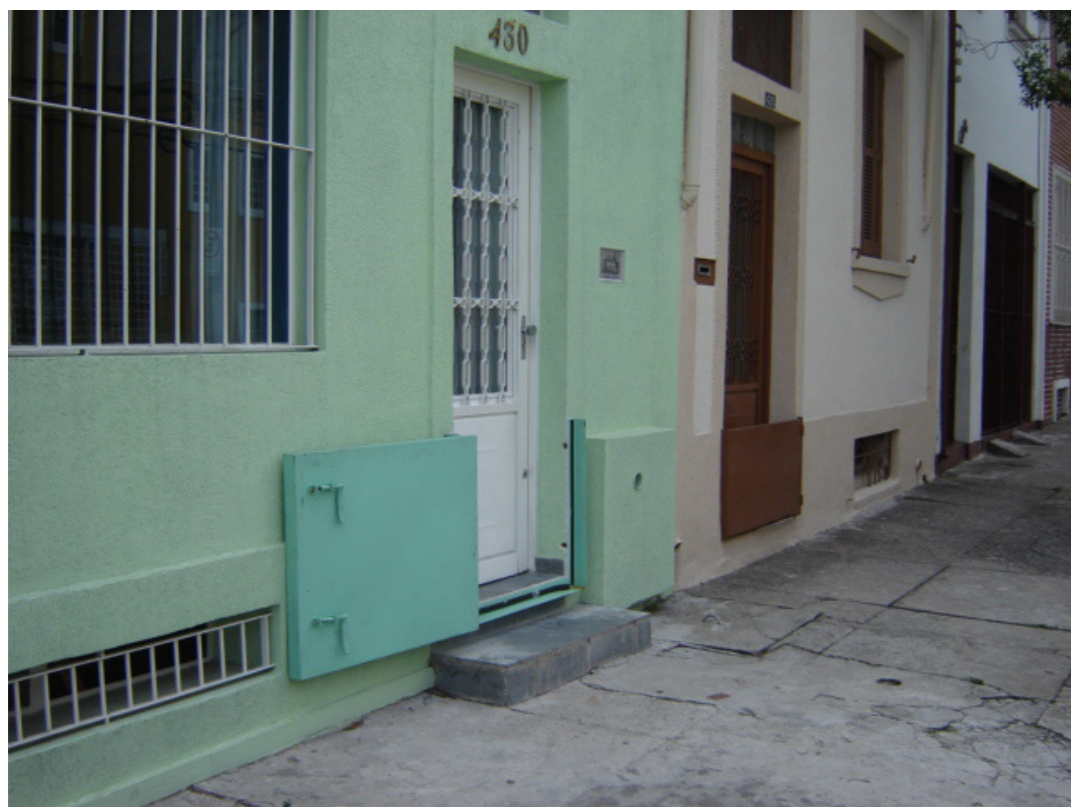


Figura 4 – Comportas nas entradas das casas como proteção contra as enchentes do córrego do Sapateiro.
Fonte: Foto do autor.

sem tratamento prévio; reação esta seguida pelo encobrimento total do córrego.

Por serem áreas periféricas, distantes do centro da cidade e também das atenções da administração pública, é compreensível que, em muitas ocasiões, as anomalias urbanísticas não fossem coibidas, do que resultaram “soluções” bizarras na relação entre os moradores e os córregos; em outras, era o próprio poder público a intervir nos córregos com “soluções” não menos desajeitadas, já que se tratava, ao seu ver, de lugares de menor importância. De um modo ou de outro, o que subsiste destas intervenções canhestras constitui material nada desprezível, uma vez que, pela própria excentricidade, eles podem conduzir àquilo que escondem.

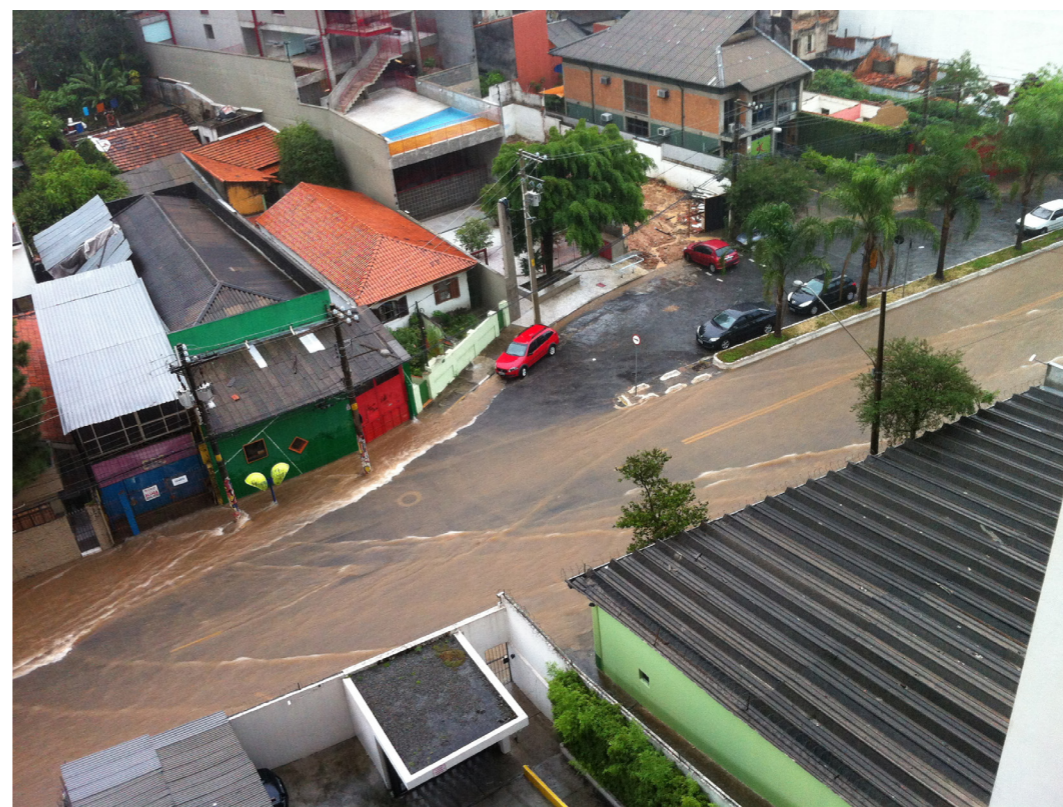


Figura 5 – Rua, sob a qual jaz o córrego Verde, é tomada pelas águas durante uma chuva de verão.
Fonte: Foto do autor.

Por outro lado, mais recentemente, com a aceleração do crescimento urbano, vários destes lugares, antes rejeitados, passaram a sofrer forte pressão especulativa, que se expressa nos empreendimentos imobiliários destinados a camadas de renda mais elevada, provocando mudanças significativas tanto na sua estrutura física como na composição social dos seus moradores. Por vezes, a transformação é induzida, ou auxiliada, pelos investimentos públicos nas redes de infraestrutura viária, de esgoto e drenagem de águas pluviais, do que resultam alterações significativas no traçado subterrâneo dos córregos, ou melhor, das “galerias”, “dutos”, “braços” ou “ramais”, como são denominados no linguajar técnico. Na operação de modernização desses lugares não há mais vez para intervenções fora

Córregos em São Paulo: a ocultação do avesso
Vladimir Bartalini

das “boas normas” técnicas, para as improvisações que resultaram em aberrações obscenamente expostas em cena pública, como as das imagens acima. Agora a cirurgia se faz sem deixar cicatrizes. Perdem-se os vestígios da primeira negação da paisagem, ocultam-se os registros do avesso do tecido, ocorre uma sobre-ocultação.

Ganha assim urgência levantar e preservar as marcas pontuais que persistem da ocultação inicial, pois, apesar de tudo, elas ainda podem aludir ao que está fora do alcance do olhar, enterrado e, não obstante, vivo.

Atar estes pontos, hoje soltos, atribuir-lhes novos sentidos, conferir-lhes um nexos que os traga dignamente de volta à vida urbana, se não ressuscita os cursos d’água, ao menos abre possibilidades para reanimar em nós a memória deles e, em outro nível, permite que os córregos sejam lidos numa nova chave interpretativa.

Talvez seja abusivo afirmar que eles passariam, assim, a integrar novamente a paisagem da qual foram alijados, pois, a rigor, há muito a própria paisagem, da qual eles foram os principais escultores, desapareceu. No entanto, podem ainda estar presentes as inclinações das encostas que, embora urbanizadas, remetem às vertentes originais, assim como os talwegues e as cumeeiras, mesmo que pavimentados, continuam a sinalizar as linhas de força da bacia. Afora estes traços mais gerais, ainda seriam legíveis as sinuosidades, os caprichos, as singularidades do traçado que podem nos levar, nem que por apenas um momento, a interpretar tais formas como que originadas por um rio e não por uma “infraestrutura”.

Mas o interesse desse resgate não pode se deter na apreensão de uma morfologia esquemática. Não basta apreender somente o esqueleto sem que venham à tona a pulsação, os sons, enfim, tudo

o que remete à vida do rio. Há todo um campo do imaginário a ser mobilizado para fazer emergir as águas correntes aprisionadas nos subterrâneos. Como expressá-las é missão que ultrapassa o escopo destas páginas, mas não parece um despropósito lançar a hipótese de que, se a imaginação da matéria, como a entende Bachelard, alimenta as imagens na poesia, o mesmo ocorreria em relação à paisagem in situ.

Os casos em que se pode empiricamente testar essas suposições são tão numerosos quanto diversos, frustrando qualquer esforço de generalização. No entanto, dos estudos levados a efeito até o momento, na perspectiva aqui apresentada, já despontam, ao menos, oportunidades de percursos pedestres ou ciclísticos que interligariam córregos pertencentes a bacias distintas, alinhando pontos bastante significativos no espaço cotidiano dos paulistanos: estações de transporte de massas, instituições socioculturais, centros comerciais, parques públicos. É o caso dos leitos dos córregos Água Preta e Verde os quais, num percurso alternativo de cerca de dez quilômetros de comprimento, devidamente adequado à escala dos pedestres, interligariam duas estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (Água Branca e Hebraica). É também o caso dos leitos dos córregos do Sapateiro e Aclimação os quais, uma vez tratados com sensibilidade paisagística, poderiam conectar dois importantes parques públicos paulistanos (Aclimação e Ibirapuera).

Promover a aderência destes trajetos, ou dos vestígios pontuais dos cursos d’água, aos percursos do dia a dia da população, atendendo à condição indispensável de que eles remetam ao córrego pulsante e ocultado, já se configura como uma iniciativa válida para livrá-los do esquecimento definitivo, dando alguma chance para a aproximação entre paisagem e cidade. ☉

Córregos em São Paulo: a ocultação do avesso
Vladimir Bartalini

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo**. Edição fac-similar – 50 anos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. (Trad. Antonio de Pádua Danesi.) São Paulo, Martins Fontes, 1989.

BARTALINI, Vladimir. Brejos, vielas, escadas: um bairro-jardim e suas águas. **PÓS**, Revista do Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 31, p. 26-43, 2012.

_____. Córregos ocultos em São Paulo. In: REIS, Almir Francisco (Org.) **Arquitetura, Urbanidade e Meio Ambiente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p. 173-195.

_____. A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, 108.00, maio de 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.108/51>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, 106.01, mar. de 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/64>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

CABRAL, Arthur Simões Caetano. Os córregos ocultos na paisagem urbana: o caso da bacia do Carajás. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/view/7968>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre**: Nature de la réalité géographique. Paris: Éditions du CTHS, 1990.

HILLMAN, James. **Re-vento a psicologia**. (Trad. de Gustavo Barcellos.) Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

JORGE, Janes. **Tietê**: o rio que a cidade perdeu. São Paulo, Alameda, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: SENAC, 2007.

Submetido em Dezembro de 2013.

Aceito em Fevereiro de 2014.